

GESTÃO ARQUIVÍSTICA E PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS NO BRASIL: ESTADO DA ARTE

ARQUIVO
NACIONAL
(BRASIL)
Acervo
Bibliográfico

*Rosely Curi Rondinelli¹ e
Claudia Lacombe Rocha²*

I - INTRODUÇÃO

A proliferação dos documentos digitais nas instituições públicas e privadas brasileiras ocorrida a partir da década de 1990, reforçou a necessidade de se proceder à gestão arquivística e à preservação desses documentos. Isto por que, ao contrário dos documentos em papel, os digitais são extremamente vulneráveis à intervenção humana, à obsolescência tecnológica e à degradação do suporte. Ora, considerando-se que o documento arquivístico é fonte de prova das atividades exercidas pela instituição que os cria, os fatores mencionados acima comprometem as qualidades essenciais desse tipo de documento quais sejam sua fidedignidade e autenticidade. Conseqüentemente, governo, sociedade e cidadãos ficam ameaçados pela falta de documentos capazes de sustentar seus direitos e deveres.

Ainda em relação às peculiaridades do documento digital frente ao documento tradicional, observamos que o suporte papel foi substituído pelo magnético ou ótico; os símbolos deixaram de ser o alfabeto e desenhos para serem dígitos binários; a leitura, antes direta, passou a ser indireta, isto é, dependente de software e de hardware e a visualização simultânea de suporte e informação deixou de existir, ou seja, no caso dos documentos digitais, informação e suporte são perfeitamente separáveis.

A dificuldade de se identificar o documento arquivístico em meio à diversidade e enormidade de informações digitais produzidas e acumuladas por uma instituição, é mais uma questão que se coloca quando se fala em documentos digitais. Isto porque esse tipo de documento além de ser uma unidade lógica e não física, pode se apresentar tanto como seu equivalente em papel, isto é, memorando, relatório, ofício, contrato etc, quanto como unidades complexas (hipertextos) ou conjuntos dinâmicos, muitas vezes de conteúdo mutável, que se comunicam entre si e/ou com o usuário (bases de dados).

No que diz respeito à preservação, o documento digital traz uma contradição: para ser preservado, precisa ser reproduzido. O binômio obsolescência tecnológica/fragilidade do suporte exige intervenções como migrações, emulações, *refreshing*, de maneira a garantir o acesso à informação gerada em meio

¹ Rosely Curi Rondinelli é chefe do Serviço de Arquivos do Museu do Índio - Funai e representante do Brasil no CLAUD (Caribbean Latinamerica InterPARES Dissemination).

² Claudia Lacombe Rocha é técnica do Arquivo Nacional e Presidente da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos - CTDE, do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ.

digital. Tais intervenções, por sua vez, implicam diretamente na questão da autenticidade (identidade e integridade) e da autenticação do documento reproduzido.

Na esteira das peculiaridades do documento digital está sua facilidade de criação e de transmissão. Em relação à primeira, observa-se nas mensagens eletrônicas (*e-mail*) um grau de informalidade que compromete a qualidade arquivística do documento. Quanto à transmissão, é fato que a capacidade de comunicação entre as instituições foi potencializada pelas redes de trabalho de tal maneira que desorganizou a estrutura burocrática vigente e esvaziou os trâmites inerentes às posições hierárquicas. Assim, é possível redigir um relatório em casa e enviá-lo, por correio eletrônico, às três horas da madrugada, para o gabinete do diretor, passando antes pelo crivo de um colega que fará os acertos necessários a título de colaboração.

Por tudo isso reiteramos a afirmação do parágrafo inicial sobre a necessidade do gerenciamento e da preservação do documento digital a partir de uma abordagem arquivística.

II - INICIATIVAS BRASILEIRAS DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA E PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS

Em março de 2002 o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ³ reformulou a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos⁴ - CTDE, criada inicialmente em agosto de 1995.

A CTDE é composta por um grupo interdisciplinar de profissionais das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, História, Direito, Administração, Física, Engenharia Mecânica e Engenharia de Computação, oriundos de várias instituições do Poder Legislativo e Executivo, da esfera federal e estadual, tais como Arquivo Nacional, Casa Civil da Presidência da República, Ministério do Planejamento, Câmara dos Deputados, Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Universidade de Campinas (UNICAMP), Museu do Índio - FUNAI e Marinha do Brasil.

O objetivo da CTDE é definir e submeter ao CONARQ, políticas, normas, e instrumentos técnicos e legais sobre gestão arquivística e preservação dos documentos digitais.

Durante todo o ano de 2002, a CTDE tratou de buscar o conhecimento teórico e legal necessário às suas primeiras ações. Para tanto utilizou a seguinte metodologia:

³ "...órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República, que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo." (Informação retirada do site <http://www.arquivonacional.gov.br/conarq>, em 21/12/2005).

⁴Neste artigo o termo documento eletrônico é usado como sinônimo de documento digital.

- levantamento e estudo de bibliografia sobre gestão arquivística de documentos digitais em que se destacaram o projeto de UBC, o projeto de Pittsburgh e as iniciativas australianas;

- levantamento e estudo da legislação brasileira relativa aos documentos digitais;

- reuniões mensais com os membros da Câmara para discussão dos temas estudados e definição de estratégias de ação.

Neste primeiro momento, a CTDE apresentou os seguintes produtos:

- elaboração de um conjunto de perguntas mais frequentes, sob a ótica arquivística, acerca dos documentos digitais, com as respectivas respostas;

- construção de um *website* para divulgação dos seus trabalhos (http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/cam_tec_doc_ele)

A partir do ano de 2003, a CTDE deu início à elaboração de uma série de instrumentos fundamentais para o efetivo cumprimento de seus objetivos. Para tanto seguiu acompanhando a literatura arquivística internacional, especialmente os artigos e relatórios produzidos pelo projeto internacional originário da Universidade de British Columbia, no Canadá, denominado InterPARES⁵. A riqueza teórico-metodológica desse projeto, construída a partir da diplomática arquivística contemporânea, permitiu a definição de conceitos fundamentais para os trabalhos da CTDE tais como: documento arquivístico digital, fidedignidade, autenticidade, autenticação e outros. Esses conceitos compõem um glossário que se constitui em um dos instrumentos elaborados pela CTDE e sobre os quais passaremos a falar:

1) **Glossário de termos relacionados a documentos digitais:** tem por objetivo definir a forma como devem ser entendidos os termos utilizados pelos componentes da CTDE no âmbito de suas discussões técnicas e nos demais trabalhos desenvolvidos pelo grupo. A metodologia utilizada para sua construção foi a consulta a trabalhos similares realizados na área de tecnologia da informação e de arquivo, como o projeto InterPARES e as "Diretrizes para a preservação de documentos digitais" da UNESCO.

2) **Carta de preservação do patrimônio arquivístico digital:** seu objetivo é conscientizar e ampliar a discussão sobre o problema da instabilidade do legado digital, além de manifestar a necessidade de estabelecer políticas, estratégias e ações, que

⁵International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems.

garantam a preservação de longo prazo e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais.

A Carta apresenta três proposições básicas: a elaboração de estratégias e políticas, o estabelecimento de normas e a promoção do conhecimento.

As estratégias e políticas para preservação digital deverão ser desenvolvidas por meio de ações de gestão arquivística de documentos, da instrumentação das organizações arquivísticas, da inserção do Arquivo Nacional no programa de governo eletrônico e do incentivo a ações cooperativas para preservação digital. Com relação ao estabelecimento de normas, a Carta propõe a elaboração dos requisitos funcionais e metadados para gestão e preservação de documentos digitais e os requisitos de segurança da informação digital.

3) Resolução nº 20, de 16 de julho de 2004, do Conselho Nacional de Arquivos: essa resolução “Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais nos programas de gestão arquivística de órgãos e entidades públicos”. Estabelece a necessidade de se identificar os documentos arquivísticos dentre as informações e os documentos produzidos, recebidos ou armazenados em meio digital e de se adotar um programa único de gestão para os documentos digitais e os não digitais. Além disso, a resolução define os requisitos arquivísticos básicos que um sistema eletrônico de gestão deve contemplar.

A Resolução nº 20 foi elaborada mediante debate entre os membros da CTDE e com base na Resolução nº 1, de 18 de outubro de 1995, que “Dispõe sobre a necessidade de adoção de planos e ou códigos de classificação de documentos nos arquivos correntes, que considerem a natureza dos assuntos resultantes de suas atividades e funções.”

4) Resolução sobre recolhimento e transferência de documentos digitais (em fase de discussão): essa resolução pretende estabelecer diretrizes para a transferência ou recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas públicas. A metodologia utilizada para a elaboração da minuta dessa resolução foi a análise da Resolução nº 20 acima citada, amplo debate entre os membros da CTDE e estudo detalhado dos requisitos para apoiar a presunção de autenticidade, identificados pela força tarefa sobre autenticidade, do InterPARES 1. Tais requisitos se aplicam aos documentos digitais antes de serem transferidos para a custódia da instituição arquivística.

5) Requisitos para a Gestão Arquivística de Documentos Digitais no Brasil – ReqBras: trata-se do instrumento mais importante que vem sendo elaborado pela CTDE desde 2003. Representa um conjunto de condições a serem cumpridas pela organização produtora de documentos, pelo sistema de gestão arquivística e pelos próprios documentos com o objetivo

de garantir a criação de documentos fidedignos e a preservação, ao longo do tempo, de documentos autênticos.

Há que esclarecer que, nesta primeira fase, o ReqBras tem sua área de concentração na gestão arquivística de documentos digitais embora não deixe de mencionar também a questão da preservação.

A metodologia que vem sendo utilizada para a elaboração do ReqBras é a seguinte:

- consulta a documentos internacionais a respeito de gestão arquivística de documentos digitais: norma ISO 15.489 de Gestão de Documentos; Modelo de Requisitos Funcionais (MoReq), da União Européia, especificação de requisitos do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DoD); Requisitos para Sistemas de Gestão de Documentos Eletrônicos do Public Records Office, da Inglaterra, e a tradução portuguesa do manual desenvolvido pelo Conselho Internacional de Arquivos, intitulado Documentos de Arquivos Eletrônicos: manual para arquivistas. Há que esclarecer que a utilização dessas fontes implicou na adaptação dos requisitos ali preconizados com as leis, normas e práticas arquivísticas vigentes no Brasil;

- redação dos itens que compõem o ReqBras por três membros da CTDE, em reuniões semanais realizadas no Museu do Índio, e posterior discussão dos referidos itens por todos os membros da Câmara, tanto em reuniões presenciais realizadas mensalmente nas diferentes instituições que integram a CTDE, como por meio de correio eletrônico;

- discussão com a equipe da Coordenação de Gestão de Documentos – COGED, do Arquivo Nacional, para esclarecimento de dúvidas relativas a conceitos e a procedimentos no âmbito da gestão arquivística;

- divisão do ReqBras em duas partes : a primeira contempla aspectos conceituais e o planejamento necessário à implantação de um programa de gestão arquivística de documentos; a segunda refere-se aos requisitos funcionais e aos metadados de um Sistema Eletrônico de Gestão Arquivística de Documentos – SEGAD.

A intenção da primeira parte do ReqBras é deixar claro que o sucesso de um SEGAD está diretamente ligado à condição de que sua implantação se dê a partir de um programa de gestão arquivística de documentos devidamente planejado e assimilado por todos, permitindo assim que se faça a necessária diferença entre Sistema Eletrônico de Gestão Arquivística de Documentos (SEGAD), Sistema de Informação e Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED).

Em relação à segunda parte, os requisitos funcionais foram estruturados da seguinte forma:

- organização dos documentos arquivísticos: plano de classificação
- produção
- tramitação e fluxo de trabalho
- captura
- avaliação e destinação
- recuperação da informação
- segurança
- armazenamento
- preservação
- funções administrativas e técnicas.

No que diz respeito aos metadados, tomou-se por base os modelos da Austrália⁶, do Reino Unido⁷, do MoReq e da Norma ISAD-G, sendo os metadados agrupados em quatro áreas, a saber:

- elementos de identificação e de contexto documental
- elementos de contexto tecnológico
- elementos de segurança
- elementos de localização.

A partir daí fez-se um levantamento dos metadados de cada área e definiu-se quais deveriam ser relacionados e complementados após a definição dos requisitos funcionais.

Uma vez concluído, o ReqBras será aberto à consulta pública e, posteriormente, submetido à aprovação do CONARQ. Espera-se assim que o modelo de **Requisitos para a Gestão Arquivística de Documentos Digitais no Brasil**, se torne um padrão a ser exigido pelo governo no momento da construção ou aquisição de softwares de gestão arquivística de documentos pelas instituições públicas. A adoção de tal medida representará o posicionamento definitivo do Brasil em favor da preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos, colocando-o em sintonia com o que vem sendo feito nos países mais avançados e com o programa Memória do Mundo, da UNESCO.

⁶ National Archives of Australia, Recordkeeping Metadata Standard for Commonwealth Agencies. 1999.

⁷ Public Record Office, Requirements for Electronic Records Management Systems. 2002.

III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reformulação da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos pelo Conselho Nacional de Arquivos em 2002, representou o reconhecimento definitivo por parte da comunidade arquivística brasileira, liderada pelo Arquivo Nacional, sobre a importância da busca pelo domínio do conhecimento relativo à gestão arquivística e à preservação dos documentos digitais.

O trabalho que vem sendo desenvolvido pela CTDE se caracteriza pela combinação de uma consistência teórico-metodológica, retirada basicamente da primeira fase do InterPARES, com iniciativas práticas lideradas pelo Departamento de Defesa Norte Americano, pelo Arquivo Nacional dos Estados Unidos, pelo Public Records Office, da Inglaterra, e pelo MoReq, da Comunidade Européia.

O modelo de Requisitos para Gestão Arquivística de Documentos Digitais no Brasil, a ser concluído em 2006, deverá ser seguido de uma nova frente de trabalho, desta vez voltada para a questão da preservação.

Por meio desses instrumentos, a CTDE e o CONARQ, sempre sob a liderança do Arquivo Nacional, dotam as instituições arquivísticas, o governo e a sociedade em geral, de mecanismos capazes de assegurar a qualidade dos documentos arquivísticos, e, conseqüentemente, da Memória do Mundo.

BIBLIOGRAFIA:

Brasil. *Resolução nº 1* do Conselho Nacional de Arquivos, de 18 de outubro de 1995. Dispõe sobre a necessidade de adoção de planos e ou códigos de classificação de documentos nos arquivos correntes, que considerem a natureza dos assuntos resultantes de suas atividades e funções. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/cam_tec_doc_ele. Acessado em: 5/12/2005.

Brasil. *Resolução nº 20* do Conselho Nacional de Arquivos, de 16 de julho de 2004. Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais nos programas de gestão arquivística de órgãos e entidades públicas. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/cam_tec_doc_ele. Acessado em: 15/12/2005.

Brasil. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – CTDE. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/cam_tec_doc_ele. Acessado em: 20/12/2005.

Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ. Disponível em: (<http://www.arquivonacional.gov.br/conarq>). Acessado em: 20/12/2005.

Findings on the Preservation of Authentic Electronic Records. Final Report to the Historical Publications and Records Commission. US - InterPARES Project, September 2002.

Rocha, Claudia Lacombe. *Gestão arquivística de documentos digitais*. IV Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica. Lisboa, 2005.

_____; Silva, Margareth da. *Gestão de documentos arquivísticos digitais in Boletim Informativo da Associação dos Arquivistas Brasileiros*. Rio de Janeiro: AAB, Ano 14, número 1, jan-jun 2005.

_____. *Rondinelli, Rosely Curi. Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos*. Rio de Janeiro, FGV, 2002.

_____. *Gestão de documentos arquivísticos eletrônicos: iniciativas brasileiras*. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br>. Acessado em 14/12/2005.

The Long-term Preservation of Authentic Electronic Records: Findings of the InterPARES Project. Edited by Luciana Duranti. San Miniato: Archilab, 2005.

A PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA ARQUIVÍSTICA CONTEMPORÂNEA

Sérgio Conde de Albite Silva

arquivista/conservador, professor do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, mestre em Memória Social e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFF-IBICT.

albite@uninet.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta como algumas correntes do pensamento arquivístico contemporâneo entendem e tratam a questão da preservação nos tempos atuais. Para isso foram escolhidos 13 textos de 11 autores de diferentes escolas e nacionalidades, tidos como de produção relevante na área. Realizou-se uma análise crítica sobre a forma e o conteúdo com que os autores tratam da preservação de acervos, de documentos e de informação nos textos escolhidos. Foram observadas as posições técnicas, científicas e políticas expostas pelos autores, e comparados os enfoques, conceitos e os entendimentos sobre a questão da preservação.

ABSTRACT

This article displays how some contemporary currents of the Archival Science understand and treat the subject of the preservation in the current times. For that there were chosen 13 texts of 11 relevant authors of different schools and nationalities. It was made a critical analysis on the form and in the content of each article to understand how the manner that the authors treat the preservation of collections, documents and information in its own texts. Technical, scientific and politics positions were observed if and when exposed by the authors, in the way to establish a comparison among the focuses, concepts and the understandings on the subject of the preservation.

Palavras-chave: Preservação – Arquivística – Preservação da Informação -

INTRODUÇÃO

Para tratar da preservação da informação na Arquivística contemporânea, este artigo recorreu a alguns textos que, apesar de não terem como objetivo principal especificamente essa questão, podem ser considerados de relevância e seus autores reconhecidos como referenciais na área. Os artigos selecionados